IMIGRAÇÃO E ETNICIDADE NO VALE DO ITAJAÍ (SC)

Giralda Seyferth[1]

Os primeiros imigrantes chegaram à província de Santa Catarina em 1829, no âmbito do projeto de colonização baseado na pequena propriedade familiar patrocinado pelo governo imperial brasileiro. Eram alemães (pouco mais de 630 pessoas, famílias embarcadas no porto de Bremen e indivíduos dispensados da "Legião Alemã", mercenários que haviam participado da revolta dos batalhões estrangeiros ocorrida no Rio de Janeiro), e fundaram a colônia de São Pedro de Alcântara, no vale do rio Maruí. Só duas décadas depois o Vale do Itajaí passou a ser um dos principais pólos de colonização estrangeira do sul do Brasil. Ali foram localizados, na condição de colonos, imigrantes de diferentes países europeus (principalmente alemães – os primeiros povoadores –, italianos e poloneses) que, ao longo do processo migratório, encerrado por volta da década de 1930, produziram especificidades sociais e culturais condenadas pelo nacionalismo brasileiro. Tendo em vista o contexto interétnico que reuniu, num mesmo espaço territorial, diferentes grupos de imigrantes e brasileiros, pretendo analisar os discursos identitários de senso comum ali elaborados, configurando diferentes etnicidades e uma identidade comum compartilhada através da categoria **colono**, contidos em textos escritos ou em depoimentos obtidos em pesquisa de campo.

I

A localização de imigrantes europeus no Vale do Itajaí começou em 1835, com a concessão de terras para algumas famílias alemãs e brasileiras, pouco além dos limites da área povoada, cujo pólo urbano era o porto de Itajaí. Não configurou um projeto de colonização; estava sendo atendido o pleito de imigrantes descontentes com a situação precária da colônia alemã de São Pedro de Alcântara. O processo colonizador no sul, iniciado com a fundação de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1824, foi interrompido quando entrou em vigor a lei de 15/12/1830 que, no seu artigo 4, aboliu as despesas com a colonização estrangeira em todas as províncias do Império. Ela só seria retomada a partir de 1845, no âmbito do debate sobre a questão fundiária no Brasil que resultou na promulgação da Lei 601, de 18/09/1850 (a chamada "lei de terras"). Entre outros dispositivos, essa lei definiu terras devolutas (públicas), proibiu sua aquisição por outro título que não seja o da compra e abriu espaço para o estabelecimento de imigrantes no regime de colonização. Houve permissão para iniciativas particulares no domínio da "colonização estrangeira" (uma

[1] Departamento de Antropologia
Museu Nacional – UFRJ
E-mail: gseyfert@mn.ufrj.br

expressão contida na legislação), sendo também retomada a imigração subsidiada para esse fim pelo governo imperial e por alguns governos provinciais (que passaram a ter o controle sobre uma parcela das terras devolutas).

Nesse período de privilegiamento do povoamento de uma parte do território nacional com imigrantes – a imigração e a discussão sobre povoamento e colonização eram temas associados, tanto no Império como na República – surgiu a primeira colônia alemã do Vale do Itajaí, fundada por iniciativa do químico alemão Hermann Blumenau em 1850. Poucos anos antes, em 1843, houve a concessão de terras à Companhia Belga-Brasileria de Colonização, formada pelo engenheiro militar Charles van Lede com a finalidade de localizar no baixo Vale do Itajaí 100 famílias de imigrantes belgas e alemães – uma iniciativa fracassada. Blumenau, por sua vez, estava apegado a um ideal utópico de formação de uma comunidade alemã evangélica-luterana e acreditava nas possibilidades de sucesso da colonização baseada no trabalho familiar em "terras virgens" do sul do Brasil. Sua vinda ao Brasil como representante da **Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no sul do Brasil**, para estudar a vida dos colonos e as possibilidades de fundação de novas colônias, deve-se à influência de dois sábios conhecidos nos meios acadêmicos alemães, e que estiveram no Brasil: Alexander von Humboldt e o geógrafo J. E. Wappäus. Impressionado com a natureza do Vale do Itajaí, onde esteve pela primeira vez em 1848, decidiu realizar ali um projeto de colonização para o qual obteve a concessão, por compra, de uma área de 150.000 jeiras[2], conforme contrato do governo provincial com a empresa particular de colonização formada por ele e F. Hackradt, um comerciante estabelecido em Desterro (Florianópolis). A fundação da colônia foi aprovada pelo governo imperial brasileiro, interessado no povoamento da área e, de um modo geral, na atuação de empresas particulares que pudessem diminuir as despesas com a colonização. Entre as outras empresas em atividade em Santa Catarina destacaram-se a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (responsável pela fundação da colônia D. Francisca, depois chamada Joinville, em 1851) e sua sucedânea, a Sociedade Colonizadora Hanseática (que a partir de 1897 promoveu a colonização do alto Vale do Itajaí e regiões próximas). O próprio governo imperial patrocinou a fundação de uma colônia alemã (Brusque) no rio Itajaí-mirim, em 1860, abrindo nova frente de expansão no principal afluente do Itajaí-açu e, ao mesmo tempo, assumiu a colônia de Blumenau, que enfrentava dificuldades financeiras pois fracassara o intento de trazer um número suficiente de imigrantes para viabilizar economicamente o seu projeto colonizador. Manteve-se, porém, o fundador na direção da colônia.

[2] Essa é a medida constante no contrato de concessão (cf. Silva, s/d. p.36); conforme registros em dicionários a jeira é uma medida variável – conforme o país, tem entre 19 e 36 hectares. Desde essa época, empresas particulares de colonização tiveram papel relevante no sul; e as concessões de terras devolutas consignadas em decretos posteriores à Lei 601 de 1850, variavam entre 3 e 6 léguas quadradas, que deviam ser loteadas e vendidas a imigrantes-colonos.

De um modo geral a historiografia dessa colonização – oficial ou não – é bastante laudatória (mas significativa), falando de homens empreendedores e colonos trabalhadores que enfrentaram uma natureza bela e hostil, vivenciando uma história bem sucedida de progresso, cujas narrativas dão respaldo às representações da etnicidade. Mais conhecido como região de imigração alemã, o Vale do Itajaí, na realidade, só foi etnicamente homogêneo na primeira década de colonização. Imigrantes europeus de diferentes nacionalidades ali se estabeleceram a partir de 1860 – havendo referências à localização de irlandeses, poloneses, suecos, franceses, russos e italianos antes mesmo do período da "grande imigração" para o Brasil[3]. Colonos "nacionais" (os brasileiros) foram poucos, mascarados nas estatísticas pelos descendentes de imigrantes que constaram como brasileiros na fase final da ocupação territorial implementada pela Sociedade Colonizadora Hanseática. Isto é, na medida em que o processo colonizador avançou em direção ao planalto catarinense, boa parte dos lotes disponíveis foi ocupada por filhos e netos de colonos localizados nas áreas de povoamento mais antigas – processo este que o geógrafo Jean Roche (1969) denominou "enxamagem", tendo em vista a colonização alemã no Rio Grande do Sul (metáfora referida à expansão de colmeias num dado território).

O modelo de ocupação (consignado na legislação sobre imigração e colonização) previu lotes urbanos nos locais destinados à administração e serviços – as sedes de colônias que os alemães chamaram de *Stadtplatz*, núcleos planejados que nada tinham em comum com as aldeias camponesas européias, e nos quais os colonos não podiam adquirir terras. Numa área de topografia acidentada, os lotes (com dimensões entre 20 e 30 hectares) foram demarcados a partir de picadas abertas na florestas ao longo dos cursos d'água, formando as linhas coloniais. O formato estreito e alongado seguia os ditames da legislação que visava assegurar o acesso à água e via de comunicação pois os colonos tinham a obrigação de residir na propriedade rural, estando a eles interditada a localização na sede da colônia. Tal modelo de ocupação, a própria definição de colono e colônia, a vinculação da colonização com a imigração, aparecem nas leis e decretos que o regulamentaram desde o Império[4].

O Vale do Itajaí é um exemplo de povoamento rural disperso onde cada linha colonial tornou-se ponto de referência comunitária. As primeiras levas de imigrantes receberam lotes

[3] Deve ser observado que a maioria dos franceses e os irlandeses não permaneceram na colônia Brusque, onde receberam seus lotes; por outro lado, as condições precárias de localização e a exigência de fixar residência no lote colonial, motivaram intensa mobilidade espacial e conflitos (cf. Seyferth, 1996, 1999). De qualquer modo alemães e descendentes eram a maioria da população (mais de 60% na região de Blumenau em fins do século XIX), e havia um número significativo de italianos e poloneses que ali chegaram, respectivamente, a partir de 1875 e 1890.

[4] A exclusão dos nacionais e a vinculação acima referida pode ser observada, por exemplo, no artigo 87 do Decreto 6.455 de 19.04.1907 (portanto, também na República), que define "linha colonial" como "uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados seguidamente ou próximos uns dos outros, destinados a ser povoados por imigrantes, como seus proprietários".

nas proximidades das sedes coloniais; e à medida que avançou a ocupação (entre 1850 e 1920, aproximadamente) também se agravaram os problemas – terras impróprias ao cultivo, maior destacamento do mercado e dos serviços públicos, vias de comunicação precárias, etc. – e a mobilidade espacial. De fato, apesar das versões laudatórias sobre a vocação pioneira dos colonos e do crescimento econômico da região, onde se iniciou a industrialização muito antes do crescimento urbano, a colonização também é reveladora da instabilidade do modelo colonizador que produziu um campesinato de pequenos proprietários cuja reprodução social dependia da "enxamagem", isto é, novos ciclos pioneiros cada vez mais sob o controle de empresas colonizadoras.

Os ciclos pioneiros, principalmente nos primórdios da colonização, foram marcados por dificuldades inerentes à exploração agrícola em áreas florestais e terrenos irregulares e pela crônica falta de recursos para realizar as obras públicas previstas até nos decretos de regulamentação do processo colonizador e constantemente reclamadas na correspondência dos diretores de colônias. As famílias de imigrantes eram encaminhadas para linhas e lotes pela administração, a partir de plantas cadastrais nem sempre corretas – resultando em muitos litígios relacionados à demarcação. A topografia regional tornou-se outro entrave ao aproveitamento do solo para a agricultura; além disso, os colonos enfrentavam situações adversas decorrentes do isolamento e a exploração dos comerciantes que dominavam os negócios com produtos coloniais – fatores que retardavam o pagamento da dívida contraída no ato da concessão da terra. Por outro lado, os colonos localizados nas linhas mais distantes temiam incursões indígenas – "ataques de bugres", conforme a retórica mais usada no século XIX. Houve alguns confrontos (com mortes) entre os Xokleng e imigrantes – cujos relatos ajudaram a compor as representações sobre o pioneirismo. Mas no início da república a ação dos "bugreiros" teve efeito trágico sobre os grupos indígenas – mortos ou apresados. Conforme observação de Santos (1973: 97):

> "A caracterização dos Xokleng como 'selvagens desalmados', que tudo faziam para matar ao branco, foi comum e necessária para se justificar as ações que sobre eles deflagravam os bugreiros e os colonos. Histórias mil sobre a agressividade dos indígenas; sobre sua falta de piedade ... circulavam nas colônias e fazendas."

Os "bugreiros" eram funcionários pagos pelo Estado para realizar expedições contra grupos indígenas quando solicitados pelos administradores de colônias ou sempre que corria alguma notícia (ou boato) sobre um possível ataque. Os jornais locais[5] tem matérias relativas ao assunto, posto como uma questão civilizatória, mas também comentando "as

[5] As notícias sobre "bugres" aparecem nos principais jornais em língua alemã editados nas áreas coloniais de Santa Catarina; entre eles, dois semanários de Blumenau, publicados desde a década de 1880 – Blumenauer Zeitung e *Der Urwaldsbote*.

atrocidades com que executam (os “bugreiros”) o mandado do governo para repressão dos selvagens...” (Santos, 1973: 85). Houve imigrantes que adotaram crianças indígenas sobreviventes dessas incursões de “bugreiros” (Penny, 2003). Os remanescentes Xokleng foram reunidos num Posto Indígena criado pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na área de atuação da Sociedade Colonizadora Hanseática (no atual município de Ibirama) – a chamada “pacificação” iniciou-se em 1913, inibindo a partir daí a ação dos “bugreiros”.

Enfim, para os colonos a população indígena era um problema insignificante, uma ameaça raramente concretizada na forma temida dos “ataques” e nunca o alardeado entrave à civilização. Por outro lado, os problemas relativos à colonização não diminuíram o interesse pela ocupação do território. Uma certa constância do fluxo imigratório até a Primeira Guerra Mundial, e as demandas por terras da 2ª e 3ª gerações de colonos impulsionaram a colonização de todo o Vale do Itajaí, particularmente após a criação dos municípios de Blumenau e Brusque na década de 1880 – núcleos urbanos em desenvolvimento cuja progressiva industrialização também atraiu imigrantes e filhos de colonos desinteressados das lides agrícolas . Houve, assim, um processo histórico de formação de um campesinato baseado na pequena propriedade familiar policultora, independentemente das diferentes procedências nacionais dos imigrantes, e com características específicas que o diferenciaram do Brasil rural. Tendo em vista a paisagem cultural criada pelo colono, Leo Waibel (1958: 206) usou o termo “colonização européia” para referir-se “aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias” no sul do Brasil. O autor criticou a padronização do lote em 25 hectares e o sistema de agricultura extensiva utilizada pelos colonos, e falou em “caboclização” para marcar o colono como indivíduo desprovido das qualidades de um empreendedor capitalista, em concordância com Emílio Willems (1946).

No caso do Vale do Itajaí, a instabilidade do sistema de colonização assinalado por Waibel é relacionada às limitações do lote colonial, cuja dimensão inviabiliza a reprodução social já na segunda geração, ao uso da coivara cabocla (derrubada/queimada) como técnica agrícola, depois substituída pela rotação de terras e cultivos, a má qualidade das terras, etc. Os deslocamentos dos filhos de colonos para outras áreas coloniais (próximas ou no planalto paranaense) foi uma estratégia para superar as limitações do sistema incapaz de absorver, ao mesmo tempo, os novos imigrantes e os descendentes dos colonos da fase pioneira. Por outro lado, o crescimento urbano de Blumenau e Brusque (e outras antigas sedes coloniais da região) em fins do século XIX, concomitante com atividades industriais resultantes do capital comercial acumulado por comerciantes locais (cf. Seyferth, 1974; Mamigonian, 1965) – formando um parque textil bastante significativo já no início do século XX –, atraiu uma parte do campesinato e, principalmente, a parcela de imigrantes

que na Europa possuíam ocupações não agrícolas – operários e artesãos que procuravam alternativas de trabalho urbano/industrial. Em Blumenau as primeiras fábricas de produtos texteis surgiram no início da década de 1880 (portanto, trinta anos após a fundação da colônia e num período em que esta foi emancipada como município); o mesmo sucedeu em Brusque, na década seguinte. Além disso, havia um grande número de pequenas empresas – cortumes, fábricas de conservas, alambiques, cervejarias, etc – que haviam ultrapassado a fase de mão de obra familiar e demandavam trabalhadores. Diante de um mercado de trabalho industrial em expansão, a migração rural-urbana manteve-se, em grande parte, no âmbito regional. Mas a proletarização de uma parte do campesinato não produziu, necessariamente, deslocamentos para o perímetro urbano de Blumenau ou Brusque, que tiveram sua condição de **cidades** assegurada por lei no início do século XX[6]. De fato, a busca de trabalho na cidade produziu duas categorias de colonos proletarizados: aqueles que se tornaram habitantes da cidade e aqueles que permaneceram no meio rural praticando uma agricultura de tempo parcial. As duas condições de trabalho[7] tem relação com as estratégias familiares camponesas de reprodução social – entre elas a instituição do herdeiro único do lote colonial que inviabiliza a permanência de todos os filhos na atividade agrícola[8]. Este excedente demográfico da população rural e os imigrantes descontentes com suas concessões de terras em áreas impróprias ou muito isoladas, formaram o proletariado urbano.

Assim, o crescimento da indústria contribuiu para a formação de bairros operários na periferia das áreas previstas para os núcleos urbanos nas plantas cadastrais das colônias – o "lugar da cidade" (ou *Stadtplatz*) a partir do qual foram traçadas as linhas e seus respectivos lotes. Em parte, não foram os colonos que chegaram à cidade; esta é que se expandiu para o mundo rural através das indústrias instaladas na sua periferia. As empresas têxteis surgidas em fins do século XIX, e que hoje fazem parte da paisagem urbana, foram estabelecidas nos limites das vilas devido à necessidade de utilização de cursos d'água para obter água corrente e energia. Nessas condições, abriu-se um mercado de trabalho

[6] Ambos os núcleos eram classificados como colônias do estado até a emancipação municipal ocorrida em 1883, quando tiveram reconhecido seu estatuto de freguesia e, depois, vila. Trata-se de uma nomenclatura de tipo classificatório que supõe progressivo aumento populacional e da atividade econômica, tem um sentido administrativo – a freguesia equivalente a um pequeno povoado (ou aldeia), e a vila mais próxima de um verdadeiro núcleo urbano.

[7] Os estudiosos do campesinato europeu assinalaram a persistência da agricultura de tempo parcial praticada por famílias que possuem pequenas parcelas de terra e que recorreu ao trabalho assalariado para completar a renda familiar; a categoria empregada para designar esse tipo de trabalhador é *worker-peasant*, espécie de figura de transição no processo de mudança social do campesinato, demograficamente significativa na Europa Ocidental até a 2ª Guerra Mundial. (Cf. Galeski, 1972; Franklin, 1969). Muitos imigrantes assentados no Vale do Itajaí vieram desse setor do campesinato alemão e polonês.

[8] As práticas de transmissão do patrimônio fundiário eram diversificadas, sendo mais comuns a instituição do herdeiro único e a exclusão das filhas (cf. Seyferth, 1974). Isso não evitou a fragmentação dos lotes a longo prazo pois as taxas de natalidade eram muito altas, conforme assinalou Willems (1946).

relativamente próximo que permitiu a coexistência da pequena exploração camponesa com o trabalho assalariado.

A ampliação do parque industrial em Blumenau e Brusque após a primeira Guerra Mundial coincidiu com o declínio do modelo de colonização idealizado pelo Estado, completado o processo de ocupação territorial. O esgotamento das possibilidades de expansão da frente agrícola na região foi, em parte, resolvido pelas demandas de mão de obra industrial sem ruptura com a comunidade rural.

Ao longo do século XX, o Vale do Itajaí e a área contigüa a noroeste, que tem como principal pólo urbano a cidade de Joinville – regiões colonizadas com imigrantes europeus – formaram o principal pólo industrial do Estado de Santa Catarina. As representações em torno do "sucesso" da colonização (apesar das "adversidades") – no passado e no presente – estão, em grande parte, fundadas nessa trajetória de progresso, que serve para a configuração de identidades étnicas e sociais tanto quanto as diferenças culturais e os discursos que apelam a vinculações primordiais.

II

Em 1850 Hermann Blumenau publicou um livro destinado aos seus compatriotas que quisessem emigrar para o sul do Brasil, no qual se apresenta como "ex-químico, agora colonizador junto ao rio Itajaí na província brasileira de Santa Catarina". Ali, procura ser imparcial, apresentando vantagens e possíveis problemas que o imigrante comum, destinado a ser colono, poderia enfrentar, tentando, ao mesmo tempo, desfazer a imagem negativa sobre o Brasil vigente nos estados alemães. A natureza exuberante – portanto, a paisagem – e o clima dito ameno e salubre (a partir de comparações com outros países interessados na colonização, especialmente Austrália e Estados Unidos) tem destaque num discurso propagandista cujo objetivo era atrair alemães para sua recém-fundada colônia. Há, porém, uma delimitação: destaca apenas a conveniência de emigrar para o sul do Brasil, preferencialmente para Santa Catarina onde, segundo seus termos, havia uma população muito pequena, a escravidão era limitada, existindo amplos espaços a colonizar. O sentido civilizatório é claro, pois supõe o desbravamento de um território cuja natureza se apresenta ao mesmo tempo bela, impressionante e hostil, numa perspectiva adotada mais tarde na literatura em língua alemã ali produzida (cf. Seyferth, 2004) que ajudou a conformar os elementos de uma identidade teuto-brasileira. Por outro lado, Blumenau procurou dar à colônia um perfil de *Gemeinde* (comuna), conformando um grupo de estrangeiros num outro contexto nacional, e supondo um certo igualitarismo que incluiu todos os seus membros – sábios, citadinos, artífices, comerciantes e lavradores – na categoria *Kolonist*, entendida também na sua dimensão de povoador e não referida, simplesmente, ao cultivador familiar. Essa noção de comuna ou comunidade de iguais, pelo menos num sentido genérico que

engloba pessoas oriundas de classes sociais distintas, aproxima-se das observações de Weber (1991) sobre a comunidade étnica cujo sentido é buscado na afirmação de interesses coletivos que estimulam a noção de pertinência grupal a partir de uma afinidade de origem e *habitus*. Nesse caso, a colônia supõe uma associação pessoal comunal, livre arbítrio, e a participação em valores comuns; e é, sobretudo, localista. Apesar da diferenciação social que, aos poucos, não só distinguiu o núcleo urbano ou *Stadtplatz* do mundo propriamente rural das linhas coloniais, mas também a elite emergente, que incluía comerciantes, industriais, e artífices abonados, além de lideranças religiosas, professores e Fritz Müller, a identidade de colono/povoador nivelava todos na construção de um marco civilizatório.

A figura de Fritz Müller é paradigmática dessa visão igualitária. Naturalista conhecido e celebrado por sua vinculação com Charles Darwin[9], e com instituições científicas brasileiras (caso do Museu Nacional), ativo nas disputas políticas locais após a criação do município de Blumenau e amigo pessoal do fundador da colônia, era reconhecido como um colono legítimo, exemplo de um nivelamento identitário que, na prática, não existia. É significativo que a imagem evocada é de alguém muito simples, um sábio na floresta que pode ser confundido com um lavrador. Na representação identitária, todos são colonos.

No entanto, há elementos contraditórios presentes na dialética discursiva de senso comum (mesmo hoje), e diz respeito à ocupação do território: por um lado, a admiração pela natureza e sua superabundância, fonte de conhecimento, que remete às vinculações acadêmicas de Hermann Blumenau com cientistas de renome no seu país natal (caso de Humboldt e Wappäus) e à presença de Fritz Müller na dupla condição de sábio e colono; por outro lado, a luta dos povoadores contra a natureza que deve ser domesticada, objeto de um processo civilizatório. Como fonte de inspiração poética, a floresta representa a nova pátria dos imigrantes (ao mesmo tempo um Brasil selvagem) e as comunidades/colônias nela intercaladas visualizam o progresso e a cultura. Os “bugres” estão na natureza, ao mesmo tempo objeto de interesse e curiosidade (conforme se pode observar em matérias dos jornais locais na virada para o século XX, algumas delas citadas em Santos, 1973) ou de temor (sua imaginada onipresença na floresta que supõe a eminência dos ataques quase nunca concretizados). Mesmo nos discursos atuais sobre o pioneirismo dos ascendentes, sempre há alguma história de colonos mortos por indígenas (o que de fato aconteceu algumas vezes no início da colonização); e na literatura ficcional sobre as colônias e na historiografia mais laudatória não faltam alusões aos enfrentamentos entre imigrantes e “bugres” – cultura e natureza em oposição binária. No seu livro de 1850, que menciona a riqueza da flora, fauna e solo do sul do Brasil, Hermann Blumenau minimiza tal “perigo” (um

[9] A importância de Fritz Müller na configuração da comunidade colonial foi ressaltada no contexto comemorativo do centenário de sua morte, evento que antecedeu a comemoração dos 150 anos da fundação de Blumenau, em 2000. Foi publicado um volume luxuoso (Zillig, 1997) contendo uma tradução da correspondência com Darwin.

dos elementos do discurso contra a emigração) dizendo que ninguém vivendo numa colônia deve temer um ataque pois o indígena é um inimigo covarde e mal armado e uma única pessoa branca armada era suficiente para afugentar vinte selvagens. Para ele, só os imprudentes corriam risco de ataque. Essa menção ao problema indígena num texto que também visava atrair imigrantes para a sua colônia era, antes de tudo, uma resposta aos que defendiam a emigração para os Estados Unidos, mas, igualmente, traduz um ideal de supremacia da civilização (e da comuna) sobre a selvageria, num sentido evolucionista. De qualquer forma, os pioneiros e a colonização narrada como uma história de progresso a partir do trabalho, fazem parte do universo discursivo que aponta às fronteiras simbólicas da etnia. E essa forma retórica está presente no imaginário teuto-brasileiro desde o início da imigração, destacando uma identidade coletiva contendo pertencimentos diversos onde os elementos de contraste em relação aos brasileiros são a germanidade e a diferença cultural produzida no contexto colonial.

Afastando-se de uma preocupação mais axiomática relativa à definição de grupo étnico, e da natureza ubíqua de alguns postulados, Jenkins (1997: 165) utiliza etnicidade como um constructo analítico concernente à diferenciação cultural, lembrando que está enraizada na interação social. Ou, conforme Barth (1969), diz respeito à organização social da diferença cultural. Uma de suas dimensões é a identidade étnica na sua dupla configuração, individual e coletiva – contendo, ainda nos termos de Jenkins, uma dialética entre similaridade e diferença.

Dentro dessa perspectiva, é importante assinalar que o processo histórico de colonização, e o progresso regional por ele produzido, numa retórica que ressalta a supremacia dos pioneiros sobre a natureza e as adversidades do próprio sistema, bem como os sentimentos de pertencimento relacionados à “origem” nacional e as diferenças sociais e culturais, instruem os discursos sobre identidades compartilhadas.

A afirmação de uma identidade alemã no Brasil está vinculada, em primeiro lugar, à colônia ou comunidade de iguais – gente de mesma origem, com cultura, hábitos e estilo de vida diferentes dos demais brasileiros. A categoria **teuto-brasileiro**, desde sua formulação no século XIX, apareceu na literatura (ficcional ou não) e publicações periódicas em língua alemã, e foi amplamente usada pelas elites e população urbana até o período repressivo da campanha de nacionalização do Estado Novo; na vida cotidiana dos colonos e nas relações interétnicas – inclusive no tempo presente, prevaleceu a categoria **alemão**, reafirmada pelo uso da língua materna, pela noção da mesma origem (nacional ou racial) e, mais objetivamente, pela distinção a partir de certos traços culturais convertidos em símbolos étnicos. Essas características de tipo diacrítico não são, necessariamente, usadas em conjunto – principalmente hoje, face ao uso mais restrito do idioma alemão. Mas a idéia de compartilhar uma cultura diversa ainda é bastante forte, embora não se afirme, como no

período anterior ao Estado Novo, que havia (no vale do Itajaí) uma Alemanha no seio do Brasil.

A retórica da identidade que associa "origem" , especificidade cultural e colonização foi particularmente enfática na década de 1930, principalmente porque as lideranças comunitárias, que se manifestavam através da imprensa em língua alemã, estavam preocupadas com a série de medidas assimilacionistas (particularmente na área do ensino), num confronto com o princípio do nacionalismo que procurava construir uma nação "homogênea" equacionando um povo, uma língua e uma cultura. Alguns bordões contidos em artigos de jornal apontam aos símbolos identitários:

> "Durante mais de cem anos honrados homens e mulheres alemães estabeleceram aqui no Brasil, na floresta virgem, uma pátria para si e seus descendentes. ... Esta pátria os colonos alemães construíram com seu próprio esforço, lutando com indiscritíveis sacrifícios ... cidadãos teuto-brasileiros estão fortemente enraizados na pátria que eles próprios criaram."
>
> (*Der Urwaldsbote* (Blumenau), ano 45, nº 7, 23-07-1937, p. 1)

Num outro momento, a mesma assertiva era dita de modo mais contundente:

> "... os alemães vieram para o país e desbravaram a selva, e no lugar de uma conhecida barbárie transplantaram as bençãos da civilização alemã..."
>
> (*Der Urwaldsbote* (Blumenau), ano 21, nº 24, 20-09-1913,p.2)

E, ainda no século XIX:

> "Nós vivemos no Brasil e não sob a bandeira alemã, mas nós pertencemos à Alemanha pelos costumes e pela língua".
>
> (*Blumenau Zeitung* (Blumenau), ano 6, nº 47, 20-11-1886, p. 1)

Nota-se, ao longo do tempo, que a questão mais presente no confronto com os ideais assimilacionistas brasileiros não é tanto o caráter etnocêntrico do discurso teuto-brasileiro sobre a colonização, mas o uso cotidiano da língua alemã, uma realidade no Vale do Itajaí quase cem anos depois da fundação de Blumenau. Embora o primordialismo racial da noção de *Deutschtum* (germanidade) ainda fosse acionado – como, por exemplo, nessa frase contida num editorial do jornal *Der Urwaldsbote* (ano 42, nº 10, 03-08-1934, p. 1) – "Nem o lugar do nascimento ou a cidadania são importantes, mas a Volksfamilie[10], a

[10] O termo refere-se à uma origem comum racial – o tronco (ou raiz) do qual emerge um povo. Estava sendo usado juntamente com *Volkstum*, expressão denotadora da índole nacional.

parentela de muita estirpe da qual tu nasceste" – a expressão mais comum e contundente era *"Deutsche, Sprecht mit Deutschen deutsch!"* Este apelo ao uso da língua materna mostra seu caráter de qualidade primordial de demarcação da comunidade étnica. Por outro lado, a língua vernácula é um dos elementos centrais da idéia de nação, resultando, no caso aqui analisado, em confronto de concepções alotrópicas porém dissonantes de nacionalismo e etnicidade. Daí a verdadeira campanha em prol do direito de uso da língua alemã em âmbito comunitário, num momento (as décadas de 1920/30) de exacerbação nacionalista que, afinal, culminou com a proibição de falar línguas estrangeiras no país em 1939, com o intuito de impor a língua portuguesa a imigrantes e descendentes. Nessa perspectiva, não podia haver mais de uma língua vernácula, o elemento de unificação do povo considerado indispensável (junto com a escola) para cimentar a consciência nacional. Por isso, a intervenção nas escolas particulares associadas à imigração e a imposição do idioma português foram as primeiras medidas nacionalizadoras decretada no Estado Novo. Tais restrições acabaram com o ensino formal do idioma alemão; mas persiste até hoje, principalmente no meio rural, o uso de um linguajar teuto-brasileiro (conforme definição de Willems, 1946), dialeto não escrito demarcador de uma identidade étnica e presente também numa parte da literatura produzida no âmbito das "colônias alemãs" antes da campanha de nacionalização.

Entretanto, nas manifestações atuais de pertencimento étnico, o desconhecimento da língua por uma parcela significativa dos descendentes não é vista como um problema de identificação: a "origem" e a história compartilhada da "colonização", o *habitus* (no seu sentido weberiano de distintividade comunitária), enfim, a diferença cultural, são convertidos em elementos simbólicos constitutivos da fronteira étnica, sem desdenhar a "brasilidade". Ou, na interpretação de um blumenauense referida às manifestações folclóricas hoje comuns em contextos festivos:

> "Hoje existe tolerância, o tempo da nacionalização passou, somos todos brasileiros mas existem diferenças. Cultivando nossa tradição, a nossa música, a nossa maneira de ser, até nosso dialeto que é fruto da adaptação das famílias alemãs ao Brasil, temos um jeito próprio de ser brasileiros."

Num outro depoimento, a língua enquanto signo identitário, é assinalada em outros termos:

> "Eu não aprendi a falar alemão; mas posso fazer isso num cursinho. O folclore também é um jeito de ser alemão. Cultura não é esse negócio de festa do chope, não!"

Essas breves observações mostram que símbolos e mitos de pertencimento étnico são reconstruídos ou mesmo substituídos no curso da história. Até a campanha de

nacionalização o "folclore alemão" não tinha importância. A *Kultur* germânica, em alguns dos seus aspectos considerados essenciais, era cultivada nas associações. Havia centenas delas no Vale do Itajaí – as mais sofisticadas, de classe média e alta localizadas em área urbana; mas nas linhas coloniais elas congregavam os colonos propriamente ditos, isto é, os agricultores familiares. As mais comuns eram as Sociedades de Canto (*Gesangvereine*), de tiro (*Schützenvereine*), bem como os salões de dança. Possuíam uma configuração étnica e, por isso mesmo, tiveram seu funcionamento proibido durante o Estado Novo e só uma parte delas voltou à atividade depois de 1945. Hoje, as que sobreviveram, especialmente as de tiro, incentivam a prática dos grupos folclóricos, que simbolizam, de alguma forma, a singularidade cultural[11].

Há uma certa prevenção das lideranças desses grupos folclóricos em relação aos grandes eventos turísticos implementados pelas prefeituras e empresas locais desde a década de 1980 – a *Oktoberfest*, de Blumenau, e a *Festa do Marreco*, realizada em Brusque, e que marcam, principalmente, mas não exclusivamente, a diferença de hábitos alimentares. Entretanto, eles se apresentam nesses contextos para assinalar a distintividade cultural, afirmando uma identidade própria associada à ancestralidade comum ou, como dizem, à "origem" germânica. A ancestralidade é um fator importante na afirmação da identidade; um sentimento primordial que, no discurso dos atores sociais apela à uma afinidade natural – laços coercitivos, conforme assinalou Geertz (1963), que marcam pertencimentos comunitários e localismos.

Às vezes a expressão "de origem" assume um viés racista, uma crença na superioridade biológica dos alemães, principalmente quando o elemento de contraste é a categoria **caboclo**. Nesse caso, a diferença de costumes e a desigualdade sócio-econômica são atribuídas a uma suposta desigualdade racial derivada da mestiçagem[12]. Mas, em geral, o termo "origem" é relacionado `a imigração e, consequentemente, à história da colonização. A etnicidade teuto-brasileira, no Vale do Itajaí, tem seu ponto de partida na imaginada comuna igualitária dos primórdios do povoamento – um período de quase vinte anos de imigração exclusivamente germânica. Tal assertiva produziu uma espécie de luta de representações acerca do pioneirismo mais legítimo, já que a identidade de pioneiro, como complemento da identidade étnica, é reivindicada por descendentes de italianos e poloneses, alegando que enfrentaram os mesmos problemas da localização em linhas coloniais. No processo de ocupação territorial todos aparecem na condição de "desbravadores" da floresta, instituidores da civilização.

[11] Sobre a relevância numérica e cultural das associações étnicas na região de Blumenau, e sua história, ver Kormann (1994).

[12] Matérias de caráter étnico inspiradas nas teorias sobre desigualdade racial e superioridade ariana foram publicadas em alguns jornais locais (particularmente no *Der Urwaldsbote*) no início do século XX.

Bourdieu (s/d) aponta para a relevância da luta das classificações na definição das identidades. Nesse caso há uma disputa em torno da categoria pioneiro num contexto migratório que reuniu grupos de diferentes procedências nacionais. Mas aquele grupo de maior expressão numérica e anterioridade foi o mais contundente nessa elaboração identitária, percebida desde o século XIX nas publicações periódicas locais (jornais e almanaques) em língua alemã. As frases transcritas anteriormente são um bom exemplo de articulação da identidade teuto-brasileira com o território colonizado.

Há, em primeiro lugar, a concepção própria de fronteira, ou melhor, de zona pioneira, num sentido que ultrapassa seu significado propriamente geográfico de povoamento e expansão agrícola, para assumir um sentido civilizatório cuja imagem é a conversão da floresta numa paisagem cultural. Em segundo lugar, entra em cena a idéia de *Heimat* (pátria) vinculada à região colonizada. O termo é empregado com um significado bem mais restrito do que a palavra pátria em português (cujo correspondente em alemão é *Vaterland*) e, nos jornais que circularam na região até 1939 assumiu um sentido poético de articulação com o lar (*Heim*) e os antepassados. Nesse sentido, colonizar é construir uma pátria no Brasil sob os princípios da germanidade – portanto, mantendo a cultura e a língua alemã – transformando a floresta num lugar civilizado através do trabalho árduo do colono. Tal entendimento converte a pátria, uma noção fundamental de definição do Estado-nação, num componente que territorializa o pertencimento étnico. A idéia de Heimat tem suas ambigüidades, mas certamente abrange, em primeiro lugar, a comunidade dos pioneiros. O Brasil torna-se pátria e a Alemanha aparece nas representações da etnicidade sob a classificação de *Urheimat* (pátria original), mas não supõe uma ligação formal com o Estado alemão. Na conformação da identidade teuto-brasileira, porém, não se pode subestimar a relevância dos símbolos reportados à diferença cultural e à pertinência racial englobados pelo termo *Deutschtum*, empregado com freqüência antes da campanha de nacionalização. Hoje é uma palavra ausente nas construções de senso comum da identidade, mas não o seu conteúdo etnocêntrico. As restrições matrimoniais relativas à união com brasileiros, especialmente aqueles que são desqualificados como caboclos, por exemplo, incluem as diferenças costumeiras, hábitos, mas contém, sobretudo, referências à superioridade racial e cultural e à maior “aptidão para o trabalho” dos descendentes de imigrantes. Essa suposição sobre o “trabalho alemão” tem relação direta com o progresso associado à colonização e industrialização, também reivindicada por outros colonos “de origem” – caso de “italianos” e “poloneses” cujos valores étnicos incluem um *ethos* do trabalho contrastante em nexo com o pioneirismo. A síntese disso encontra-se na frase “pobres construtores de riqueza”, presente nas representações da etnicidade italiana. Nela está implícita a razão da emigração dos antepassados – a pobreza no país de origem – e o fazer a América pelo trabalho árduo de desbravamento.

Resumindo, diferentes grupos de imigrantes estabelecidos no regime de colonização que privilegiou o assentamento familiar[13], elaboraram identidades étnicas a partir da origem comum nacional e da própria experiência colonial que produziu um novo sistema cultural diferenciado da sociedade brasileira. A colonização é uma história compartilhada e não exclusiva dos alemães que tiveram primazia na localização. Mas ela excluiu os brasileiros, em razão da própria política imigratória brasileira que instituiu o binômio imigração – colonização. O contato mais sistemático com brasileiros no Vale do Itajaí só aconteceu, de fato, na década de 1930, quando ali chegaram migrantes em busca de trabalho na crescente indústria local. Nesse novo contexto interétnico, marcado pelas preocupações assimilacionistas do nacionalismo, as identidades são estruturadas na forma politicamente correta da pertinência cultural, mas envolvendo critérios objetivos de singularidade e instrumentalidade. Ainda hoje, são de uso freqüente as categorias "alemão", "italiano", "polonês", que acionam os critérios de distintividade como a religião, hábitos alimentares, práticas de organização social, *ethos* do trabalho, uso de uma linguagem diferenciada, etc, que apontam para comportamentos e valores comunitários vinculados à experiência imigratória.

III

A breve análise aqui realizada certamente não dá conta da questão étnica como um todo, no Vale do Itajaí. Historicamente, ela assumiu contornos bem mais complexos, especialmente no período repressivo das etnicidades durante o Estado Novo (1937-1945), e em relação ao grupo de imigrantes mais numeroso, os alemães de diferentes procedências que iniciaram o povoamento em meados do século XIX. Mais do que os princípios primordialistas da germanidade, a dramática experiência inicial de localização numa frente pioneira, portanto o fato dos imigrantes terem participado de um processo de povoamento em área isolada, marcou os discursos identitários de senso comum. Esse discurso foi atualizado durante mais de meio século, pois a ocupação da região com assentamentos coloniais de imigrantes e descendentes só se completou na segunda década do século XX. Isto porque as levas subseqüentes, inclusive de imigrantes de outras procedências nacionais, mantiveram em cena a "vida pioneira", inclusive os confrontos (esporádicos) com a população indígena. A localização em linhas coloniais mais afastadas dos centros urbanos emergentes, que alimentou tal discurso, produziu a expressão *Tifa*, corruptela da palavra alemã *Tiefe* (profundeza), designando uma comunidade de colonos muito isolada, em área ainda por desbravar. A *Tifa* é dominada pela natureza, situa-se na profundeza da floresta, fim de mundo; um termo ainda hoje empregado com esse sentido de distanciamento em relação ao mundo civilizado, expressão mais imediata da oposição rural-urbana. Assim, a

[13] A legislação, desde o Império, deu prerrogativa aos que emigravam com toda a família. Adultos jovens e sozinhos encontravam dificuldade para obter concessão de terras. Cf. Seyferth, 1996.

percepção das diferenças em relação à sociedade brasileira passa pelas especificidades da sociedade colonial compartilhada pela população dita "de origem", embora as fronteiras étnicas sejam demarcadas também pelas subjetividades das vinculações primordiais e diversidades culturais.

Tudo isso aponta para a importância do território na configuração das etnicidades, um assunto pouco explorado que põe em evidência a figura compartilhada do colono pioneiro. Os elementos discursivos sobre civilização e *Heimat* (no caso da etnia preponderante) dimensionam o componente territorial, reforçado pela longa continuidade do processo de ocupação que manteve o "pioneiro" em evidencia – uma representação do colono na selva com toda a simbologia da conquista, da supremacia do homem civilizado sobre uma natureza exuberante e hostil. Trata-se de um território conformando uma pátria construída num outro país; imagem de um espaço restrito que guarda as características essenciais da cultura original. A história progressiva da colonização embasa as etnicidades a partir de códigos culturais relacionados à nação de origem e da experiência pioneira, que levaram ao contraste com um brasileiro genérico, categorizado como caboclo, envolvendo critérios raciais e formulações subjetivas sobre caráter e mentalidade (a desqualificação pela preguiça, por exemplo). As representações simbólicas sobre a vida pioneira, portanto, incorporaram também uma concepção de *ethos* do trabalho imaginado como "qualidade étnica". Cada grupo tem uma versão idealizada e própria sobre esses assuntos; mas há um elemento distintivo comum: a noção de colônia ("alemã", "italiana", etc) e categoria a "colono", não são compartilhadas com aqueles destituídos de "origem" (isto é, não descendem de imigrantes).

Finalmente, breve menção a uma das vicissitudes pioneiras que reverbera no presente, permitindo acionar a crença num *ethos* de trabalho diferenciado. Trata-se da constância com que o rio Itajaí-açu e seus afluentes transbordam periodicamente. A floresta misteriosa, os bugres, as feras, aos poucos desaparecem do imaginário sobre a vida pioneira de uma comuna igualitária criada há 150 anos – hoje assunto dos livros de história e da literatura ficcional. Mas as enchentes catastróficas reaparecem periodicamente para lembrar as dificuldades primevas dos antepassados e, principalmente, conforme registra a distintividade étnica local, para reafirmar a capacidade de trabalho própria dos colonos – uma categoria que transcende a condição social do camponês.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. 1969. "Introduction". In: *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*. Bergen, Universitetesforlaget, Londres, G. Allen & Unwin.

BLUMENAU, H. 1850. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolstadt, G. Froebel.

BOURDIEU, P. s/d. "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: *O poder simbólico*. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

FRANKLIN, S. H. 1969. *The european peasantry. The final phase*. Londres, Methuen.

GALESKI, B. 1972. Basic concepts of Rural Sociology. Manchester, Manchester University Press.

GEERTZ, Clifford. 1963. "The integrative revolution". In: Geertz, C. (ed.) *Old Societies and New States*. Nova York, The Free Press.

JENKINS, Richard. 1997. *Rethinking Ethnicity: arguments and explorations*. Londres, Sage.

KORMANN, E. 1994. *Blumenau. Arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)*. Florianópolis, Paralelo 27.

MAMIGONIAN, A. 1965. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau". In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXVII, nº 3, pp. 389-481.

PENNY, H. G. 2003. "The politics of Anthropology in the age of empire: german colonists, brazilian indians, and the case of Alberto Vojtech Fric". In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 45, nº 2.

ROCHE, J. 1969. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo.

SANTOS, S. C. 1973. *Índios e brancos no sul do Brasil*. Florianópolis, EDEME.

SEYFERTH, Giralda. 1974. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, Ed. Movimento/SAB.

_____. 1996. "Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade". In: *Estudos, Sociedade e Agricultura*, nº 7.

_____ 1999. "Colonização e conflito: estudo sobre 'motins' e 'desordens' numa região colonial de Santa Catarina no século XIX". In: Santos, J.. V. T. dos (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec.

_____ 2004. "A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade". In: *Horizontes Antropológicos*, ano 10, nº 22.

SILVA, J. F. da. S/d. *História de Blumenau*. Florianópolis, EDEME.

WAIBEL, Leo. 1958. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.

WEBER, Max. 1991. *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

WILLEMS, Emílio. 1946. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

ZILLIG, C. 1997. *Dear Mr. Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin*. São Paulo, Sky/Anima Comunicação e Design.